

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi
Projeto de Autoavaliação Institucional 2021-2023



FUPAC

SUMÁRIO

1- A FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BAEPENDI	3
2 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	6
2.1 - O olhar interno	6
2.2 - O olhar sobre o processo de avaliação institucional	8
2.3 – As novas circunstâncias	10
2.4 - Objetivos da avaliação institucional na FAPAC Baependi	12
2.5 - Metodologia	13
3 - DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO	14
4 - DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES	15
5 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES	30
5.1 Divulgação dos relatórios	31
5.2 Reorientação das ações institucionais	31
5.3 Meta-avaliação	31
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	32

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi, ao encaminhar este Projeto de Avaliação Institucional ao Ministério da Educação por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), expôs as informações e procedimentos para a Avaliação Institucional a ser desenvolvida na IES, em observância as diretrizes expedidas pelo referido Órgão, considerando também as peculiaridades do processo autoavaliativo na Instituição.

Procurando incorporar as diretrizes, normas e recomendações contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, este documento apresenta as linhas gerais de como este processo avaliativo se desenvolve na Faculdade. Sendo assim, o Projeto foi estruturado em duas partes. A primeira trata da Instituição, sua Missão e Objetivos; a segunda traz o Programa de Avaliação Institucional (autoavaliação) com a apresentação de um relato da trajetória do processo avaliativo da IES e os objetivos que se pretende alcançar nesta nova etapa.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da Faculdade espera cumprir o prazo estipulado pela CONAES e desenvolver seu Programa de Avaliação Institucional de forma que ele se torne um recurso estratégico de apoio à gestão e que realmente contribua para a melhoria da Instituição.

1- A FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BAEPENDI

1.1 Caracterização da Faculdade

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi é uma instituição de ensino superior particular, sem fins lucrativos.

A mantenedora

A entidade mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi é a Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC, de natureza jurídica sem fins lucrativos, com sede na Rua Engenheiro Carlos Antonini, nº 122, Bairro São Lucas. Belo Horizonte/MG, inscrita no CNJP sob o nº 17.080.078/0001-66. A FUPAC é uma fundação de direito privado civil, nos moldes do que estabelecem os artigos 62 a 69 do Código Civil Brasileiro.

É uma entidade educacional, instituída de acordo com a Lei nº 3.038 de 19/12/1963, com a denominação de Fundação Universitária da Mantiqueira, tendo esta denominação sido alterada pelas Leis

Estaduais nºs 3.871 de 17/12/1965 e 5.402 de 12/12/1969. É declarada de Utilidade Pública conforme Lei Estadual nº 4.321 de 21/12/1966.

A FUPAC é uma instituição de colaboração com o poder público e tem por finalidade:

- a) criar, instalar e manter, sem fins lucrativos conforme o disposto na Lei nº 3.038, de 19/12/1963, estabelecimentos de ensino ou cursos superiores de pesquisa e de formação profissional, nos termos da Legislação Federal que regula a matéria;
- b) criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e obras sociais filantrópicas ligadas ao ensino;
- c) promover medidas que, atendendo às reais condições e necessidades do meio permitam ajustar o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes;
- d) cuidar de atividades ligadas aos problemas do ensino em geral, desenvolvendo por todos os meios, intercâmbio com entidades congêneres nacionais e estrangeiras.

A mantida

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi é uma das instituições de Ensino superior mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte – MG.

A Faculdade iniciou suas atividades, nesta cidade em 2002, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Atualmente a IES possui dois cursos em funcionamento, e o seu corpo docente é constituído por professores com titulação obtida em programas de pós-graduação Lato e stricto sensu, mestrado e doutorado.

A instalação oficial da FUPAC no município de Baependi foi concretizada após convênio firmado com a Prefeitura Municipal. A Instituição foi credenciada como Faculdade pertencente à Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, iniciando suas atividades em 2002 com o curso Normal Superior.

Tendo como base análises mercadológicas, a Instituição iniciou seu processo de expansão com o curso de Administração em 2007. A partir de 2009, o curso Normal Superior foi transformado em Pedagogia, conforme autorizado pela Resolução CNE/CP no. 1 de 15 de maio de 2006, artigo 11.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. Assim, a partir de 2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi, manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade e região. Hoje a Faculdade mantém projetos e atividades de extensão que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

No ano de 2016 a IES passou por processo de credenciamento institucional, o relatório dos avaliadores do MEC, disponibilizado à Diretoria da Escola no sistema e-MEC, expôs que a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi atende aos padrões de qualidade referenciados pelo MEC, com parecer favorável ao prosseguimento como instituição de ensino com conceito 3 em todos os requisitos do instrumento de avaliação.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi é uma instituição de Ensino Superior com sede em Baependi-MG e criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da região onde está inserida, formando profissionais de nível superior para o mercado de trabalho.

O seu compromisso, entre outros, é com a excelência do ensino, voltando-se para uma científica compreensão política do mundo e dos nossos tempos, para os problemas da multi e interdisciplinaridade, com a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação continuada dos seus diplomados.

- **Documentos que norteiam o funcionamento da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi**

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi rege-se, em suas ações e atividades, pelos preceitos constitucionais, pelas leis do país, do Estado e do Município, pela legislação e normas específicas da educação e por resoluções do âmbito institucional. Assim, são de fundamental importância como instrumentos legais e normativos para as suas atividades administrativas e acadêmicas os seguintes:

- Normas do Conselho Nacional de Educação - CNE e toda a legislação referente a essas normas;
- Plano de Desenvolvimento Institucional
- Regimento Geral.

- **Estrutura organizacional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi**

São órgãos da estrutura organizacional da Faculdade:

- I- de deliberação superior: Comitê de Gestão;

II- de direção e execução acadêmica, pedagógica, administrativa e financeira: Direção;

III- de consulta, normatização e deliberação em questões de ensino e extensão em cada curso:
Colegiado de Curso;

IV- de execução, coordenação e supervisão das atividades acadêmico-pedagógicas de cada curso:
Coordenação de Curso;

V- de acompanhamento, consulta e assessoramento às atividades acadêmicas de cada curso: Núcleo Docente Estruturante (NDE);

VI- de apoio e suporte às atividades acadêmico-pedagógicas, administrativas e financeiras na Faculdade:
Órgãos Suplementares e de apoio.

- **Missão**

Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País.

2 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 - O olhar interno

A partir de 2010, já integrando o Sistema Federal de Ensino, a instituição criou através do Ato 01/2010, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que passou a ser responsável pela organização do ciclo avaliativo (2010/2013), cujo objetivo era avaliar a atuação da Faculdade como instituição de ensino superior, visando à melhoria da sua eficácia institucional, acadêmica e social. Dessa forma, pretendia-se, a partir do relatório de autoavaliação, criar uma ferramenta para auxiliar e orientar as gestões acadêmica e administrativa na elaboração de seus planos de ação.

A implementação da Avaliação Institucional, na lógica de um Sistema Nacional, como é a proposta do SINAES, pressupõe a definição de etapas coordenadas para o desenvolvimento das atividades. Assim, a

organização do processo provê a ocorrência de três etapas: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação.

Em conformidade com estas diretrizes operacionais, o processo de autoavaliação da IES foi se constituindo. A partir da criação da CPA, iniciou-se a etapa de planejamento, que compreende a definição dos objetivos, das estratégias, da metodologia, dos recursos e do calendário das ações avaliativas. Trata-se de um momento de reflexão sobre as características da instituição e também sobre sua experiência avaliativa, pois apesar de ser um Sistema Nacional, a avaliação deve considerar as especificidades de cada IES, ou seja, deve-se pensar a avaliação como um movimento de dentro para fora, buscando um elevado padrão de qualidade.

Ainda nesta etapa de preparação, tornou-se necessário estimular e envolver os atores no processo. Foram utilizados diversos meios: folders, publicações no site da instituição, seminários, palestras, reuniões com lideranças de turma e com funcionários administrativos. A sensibilização da comunidade acadêmica foi uma atividade presente nos momentos iniciais e na continuidade das etapas e constitui-se de uma fase importante, não apenas para convocar à participação, mas também para auxiliar no desenvolvimento de uma cultura institucional de valorização da avaliação.

Terminado o período de planejamento e definida a proposta de avaliação, seu desenvolvimento buscou assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância dos prazos previstos. Nesta segunda e nova etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades: construção do instrumento de coleta de dados, definição dos procedimentos de análise dos dados, elaboração de relatórios parciais relativos às diferentes etapas e organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

Foram criados dois instrumentos de pesquisa. O primeiro foi aplicado ainda no início de 2010 e era constituído de três questões dissertativas nas quais os alunos, professores, técnicos administrativos e comunidade civil organizada, poderiam descrever os pontos positivos e negativos da instituição e ainda sugerir algumas mudanças.

Concomitantemente, os coordenadores de curso se encarregaram de entrevistar alguns egressos sobre a importância que a graduação representou em sua vida profissional, sobre a continuidade da vida acadêmica e também sobre a qualidade dos cursos ofertados pela Faculdade.

No segundo semestre de 2010, a CPA trabalhou para consolidar estes dados que serviram de base para a construção do relatório parcial inserido no sistema e-MEC em março de 2011. Neste mesmo período, iniciou-se a aplicação de um questionário eletrônico desenvolvido de acordo com as 10 dimensões presentes nas orientações do SINAES. Este foi respondido por todos os agentes institucionais, respeitando e ressaltando a especificidade de cada um dos grupos envolvidos.

Estes dados foram analisados e cruzados com os da pesquisa anterior para que assim pudessem compor o segundo relatório parcial inserido no sistema em março de 2012.

Os relatórios parciais mencionados foram encaminhados também para a direção acadêmica, que a partir dos resultados elaborou seu planejamento com a participação integral dos membros CPA. Esta parceria gerou frutos importantes para a comunidade acadêmica, muitas melhorias foram realizadas na IES, o que demonstrou que o processo de avaliação da FAPAC Baependi não se encerra em si mesmo.

Na época, para evidenciar estas mudanças a CPA criou um selo, que foi fixado em todos os lugares onde houve modificações decorrentes do processo de autoavaliação. Este selo faz parte do grupo de materiais elaborados e utilizados para sensibilizar a comunidade sobre a importância de uma avaliação organizada, democrática e participativa.

Tendo os mesmos fundamentos, objetivos e propostas, através de uma sistematização ainda mais arrojado do processo de autoavaliação, o ciclo de 2014/2016, também seguiu rigorosamente as etapas legais de planejamento, elaboração, sensibilização, análise dos dados e divulgação dos resultados para toda a comunidade. Sendo assim, o referido ciclo se concretizou em consonância com as diretrizes emanadas do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Internamente, o ciclo 2014/2016, também atingiu todos os objetivos e propostas elencadas como prioritárias pela CPA, através do Plano de Ação e foi, de fato, um instrumento norteador para o trabalho de gestão na IES.

Para os ciclos seguintes a CPA, além de atender as demandas do processo de autoavaliação já instituídas pelo SINAES, buscou contemplar também todas as orientações/implementações contidas nas Notas Técnicas INEP/DAES/CONAES nº 062/2014 e nº 065/2014, visando atender todos os aspectos reguladores, normativos e qualitativos introduzidos pelas supramencionadas notas

2.2 - O olhar sobre o processo de avaliação institucional

A avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação. O processo de avaliação externa, independente de sua abordagem, orienta-se por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

O SINAES propõe uma avaliação institucional integrada por diversos instrumentos complementares:

- Autoavaliação – conduzida pela CPA: cada instituição realizará uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. A autoavaliação

articula um auto estudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo. O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender em decorrência do processo de autoavaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

- Avaliação Externa: essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições acadêmicas.
- Censo: é um instrumento independente que carrega um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral. Por isso, é desejável que os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis à compreensão da instituição e do sistema. Os dados do Censo também farão parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior.
- Cadastro: de acordo com as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da CONAES, também serão levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional, formarão a base para a orientação permanente da comunidade acadêmica e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

- Reconhecimento/Renovação de Reconhecimento de cursos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi, MG:

CURSO: BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
MODALIDADE: Presencial
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 100
REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 08
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.040 HORAS
ATOS REGULATÓRIOS:
Autorização: Lei Estadual 14.202/02, alterada pela Lei 14.949/04.
Reconhecimento: Portaria Nº 265, de 19/07/2011, publicada no DOU em 20/07/2011. Renovação de Reconhecimento: Portaria Nº 269, de 03/04/2017, publicada no DOU em 04/04/2017.
Renovação de Reconhecimento: Portaria Nº 949, de 30/08/2021, publicada no DOU em 31/08/2021.

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE: Presencial
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 100
REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 08
CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.260 HORAS
ATOS REGULATÓRIOS:
Autorização: Lei Estadual 14.202/02, alterada pela Lei 14.949/04.
Reconhecimento: Portaria MEC nº 47, de 23/01/2015, publicada no DOU em 26/01/2015.
Renovação de reconhecimento: nos termos do § 1º, artigo 11 do Decreto 9235/2017, de 15/12/2017, processo e-MEC nº 201923771, protocolado em 20/09/2019.

2.3 – As novas circunstâncias

As muitas iniciativas já implementadas pela FAPAC Baependi devem contribuir para a reestruturação da avaliação interna que, a partir de 2017, se adequou ao Instrumento de Avaliação que subsidiava o ato de credenciamento e credenciamento institucional, revisado pelo Ministério da Educação em outubro de 2017.

O instrumento tem como princípio o reconhecimento e a valorização da diversidade do sistema de educação superior. Esta concepção evidencia um discurso presente nas IES desde a aprovação da Lei 10.861/2004 sobre o respeito à identidade de cada instituição, pois apesar de partirmos da noção de sistema para organizarmos o ensino superior no Brasil, não podemos perder de vista a especificidade das diferentes instituições espalhadas pelo território nacional.

Para realizar essa análise, em princípio, complexa, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) alterou o instrumento de avaliação centrando seus indicadores no processo de autoavaliação e seus resultados e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Dessa forma, pretende-se compreender como a instituição utiliza as informações extraídas dos relatórios de avaliação interna e externa como subsídios para a tomada de decisões na gestão institucional.

Esta nova concepção do instrumento evidencia e reforça as ações da CPA da IES que passa, definitivamente, a desempenhar um papel importante no planejamento e execução das ações propostas no PDI.

O Instrumento traz em sua concepção um caráter inovador: a criação de cinco eixos, contemplando as dez dimensões do SINAES. Dessa forma, tem-se:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação). Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla a dimensão 1 do SINAES (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange a dimensão 2 do SINAES (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), a 4 (Comunicação com a Sociedade) e a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende a dimensão 5 do SINAES (Políticas de Pessoal), a 6 (Organização e Gestão da Instituição) e a dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).

Eixo 5 – Infraestrutura: corresponde à dimensão 7 do SINAES (Infraestrutura Física).

A partir da análise dos indicadores deste instrumento, e de sua concepção, fica evidente que há um reforço e uma promoção dos procedimentos de avaliação interna, pois este é percebido não como um recurso isolado, mas como parte de um processo mais amplo de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

2.4 - Objetivos da avaliação institucional na FAPAC Baependi

A avaliação institucional na IES é compreendida como um processo que possibilita a transformação da Faculdade, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade mais justa e solidária e, portanto, mais democrática e menos excludente.

A Avaliação Institucional busca alcançar os seguintes objetivos:

- avaliar a atuação da FAPAC Baependi como instituição de ensino visando a melhoria do desempenho institucional;
- subsidiar de modo pleno a gestão acadêmica como instrumento de orientação a ações futuras;
- prestar contas de suas ações à sociedade.

De maneira específica, a avaliação na FAPAC Baependi se propõe criar condições para:

- desenvolver a cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisito para o (re)planejamento do desenvolvimento da Faculdade (re)definição de sua proposta pedagógica, com vistas a sintonizar a IES com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;
- sensibilizar os segmentos acadêmicos e administrativos para reconhecimento da avaliação como um processo de melhoria da qualidade e da necessidade da participação de todos como recurso a ser utilizado para prestar contas à comunidade interna e externa em que a FAPAC Baependi está inserida;
- redefinir os objetivos institucionais, a fim de sintonizar a FAPAC Baependi com os desafios, anseios e necessidades do mundo contemporâneo e da sociedade;
- rever o Projeto Pedagógico Institucional, constante no PDI, e os Projetos Pedagógicos dos cursos, apontando mudanças quando necessário, buscando adequá-los às exigências de formação pessoal e profissional;
- subsidiar o processo de planejamento institucional;
- criar mecanismos, seja por meio de reuniões, de seminários, de debates, de publicações ou de outras formas, para implementar: as práticas filosóficas, políticas e a ética educativa; as relações sociais e as condições de trabalho, a eficiência administrativa e a eficácia dos processos interpessoais que se desenvolvem nas distintas instâncias.

2.5 - Metodologia

A autoavaliação na FAPAC Baependi consistirá numa análise profunda das atividades que são desenvolvidas em cada setor da Instituição e das condições para tais fins, considerando os aspectos estabelecidos no Programa de Avaliação Institucional e complementados com as dimensões propostas pelo SINAES. A resolução de questões que se tornam empecilhos ao bom desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem exige procedimentos que não devem ultrapassar o semestre letivo a fim de que sejam eficazes. Como os aspectos objeto das questões estão diretamente ligados ao trabalho dos coordenadores, tais resultados vêm sendo remetidos a eles para análise e solução de questões na sua esfera de competência ou para permitir a solicitação de medidas ao diretor acadêmico ou à mantenedora.

A avaliação externa é desenvolvida de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores da educação superior nacional, como já se indicou. Além disso, deve-se considerar a necessidade de se saber como a FAPAC Baependi é percebida, aceita e considerada como instituição de ensino, como difusora da cultura e como organização representativa da sociedade. Assim, a realização de consultas aos diferentes setores da sociedade será um procedimento permanente.

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo.

Assim o processo de autoavaliação deve ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação designada para planejar, organizar, refletir e cuidar de despertar o interesse de toda a comunidade em sua realização, com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica, apoiada pela Direção e com a disponibilização de informações e dados confiáveis.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da FAPAC Baependi.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa e se dará globalmente a cada dois anos.

Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

As técnicas utilizadas poderão ser seminários, questionários, entrevistas, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, análise documental, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.

A avaliação abrirá espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação interna.

3 - DIRETRIZES OPERACIONAIS DA AUTOAVALIAÇÃO

1 - Etapas da Avaliação

1.1 - Etapa de preparação

O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação, estimular e envolver os atores no processo.

Esta etapa prevê as seguintes ações:

1- Planejamento da autoavaliação com elaboração, pela CPA designada, de um Programa de Autoavaliação Institucional, que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Este programa compreende a redefinição dos objetivos, as estratégias, a metodologia, os recursos e o calendário das ações avaliativas. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior.

2- Sensibilização - serão utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa como realização de “folders” explicativos, publicações no site, jornal e intranet, bem como intervenção direta presencial junto à comunidade. A sensibilização deve estar presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

1.2 - Etapa de desenvolvimento

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de autoavaliação

Esta etapa prevê as seguintes ações:

- a- realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- b- construção/revisão dos instrumentos para a coleta de dados (questionários, entrevistas e outros);
- c- definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;

- d- definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos-administrativos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- e- definição de formato de relatório de autoavaliação
- f- definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- g- elaboração de relatórios; e
- h- organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

1.3 - Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento

O objetivo desta etapa é o de elaborar, divulgar e analisar o relatório final. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição.

As ações previstas nesta etapa são:

- a– organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- b– elaboração de um relatório final que deve expressar os resultados das discussões e a análise e interpretação dos dados;
- c– divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;
- d- planejamento da aplicação dos resultados visando saneamento das deficiências encontradas.

4 - DETALHAMENTO DA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES

As 10 (dez) dimensões previstas no SINAES serão avaliadas, observando 5 (cinco) eixos temáticos, a saber:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional:

- Relato Institucional; e

- 8ª dimensão: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

1ª Dimensão: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e

3ª Dimensão: A responsabilidade social.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas:

2ª Dimensão: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;

4ª Dimensão: A comunicação com a sociedade; e

9ª Dimensão: Políticas de atendimento aos estudantes

Eixo 4 – Política de Gestão:

- 5ª Dimensão: As políticas de pessoal;
- 6ª Dimensão: Organização e gestão; e
- 10ª Dimensão: Sustentabilidade financeira

Eixo 5 – Infraestrutura:

- 7ª Dimensão: Infraestrutura física.

Esses eixos serão avaliados por meio de instrumentos de avaliação (questionários, entrevistas e outros), consulta a documentos, reuniões e discussões formais e informais.

O Corpo Docente, o Corpo Discente, os Egressos e o Corpo Técnico-Administrativo da FAPAC Baependi identificarão aspectos positivos e negativos em relação a cada dimensão avaliada. A partir da identificação destes aspectos, será possível desenvolver políticas institucionais para neutralizar ou superar os aspectos negativos e para intensificar o investimento nos aspectos positivos, maximizando-se o que existe de melhor na Instituição.

4.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

- a) o **Relato Institucional**: demonstração da evolução institucional em relação aos processos de Planejamento e de Avaliação Institucional. Nele deve constar: síntese da avaliação do PDI; síntese histórica da Autoavaliação Institucional da Faculdade; síntese histórica do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações; e evolução histórica da Avaliação Institucional na Faculdade.
- b) a **Dimensão 8**: planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Autoavaliação Institucional.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
- O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua da IES? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento?

O planejamento geral da instituição é elaborado conforme as necessidades propostas e requeridas nos relatórios de autoavaliação, conforme as demandas de cada curso e o projeto pedagógico institucional.

- O processo de autoavaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a IES?

Os relatórios de autoavaliação geram questionamentos das habilidades e debilidades de cada curso e da instituição de forma geral, permeadas por críticas que contribuem para melhoramento de toda a comunidade acadêmica.

- Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?

Após elaboração dos relatórios finais, são discutidos todos os resultados alcançados com os membros que compõem a CPA e notadamente os representantes da comunidade acadêmica que revelam suas impressões para comunidade local.

- Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de autoavaliação?

A partir das análises apresentadas e constantes dos relatórios finais, são propostas inúmeras metas e ações a serem efetivadas ao longo do ciclo avaliativo e a realização de mudanças e ações que contribuem para melhoria da IES.

- Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna? Sim.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Projeto de Desenvolvimento Institucional PDI;

- Projeto Pedagógico dos Cursos-PPCs;
- relatórios parciais de Autoavaliação;
- relatório final de Autoavaliação;
- ações decorrentes dos resultados da Autoavaliação;
- número de eventos de difusão dos processos de Autoavaliação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, direção e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações programadas para levantamento dos dados desta dimensão:

- observações e conversas técnicas do setor de planejamento com os outros setores da IES para análise do PDI, das propostas pedagógicas dos cursos e sua coerência com o projeto de avaliação da Faculdade;
- análise documental;
- atualização e aplicação de questionário de autoavaliação, contemplando as 10 (dez) dimensões do SINAES, a ser respondido pela comunidade acadêmica;
- consolidação e análise dos resultados dos questionários aplicados.
- levantamento de dados das avaliações anteriores que foram incorporados ao planejamento;
- verificação da execução das ações planejadas de todas as dimensões;
- divulgação interna do processo de avaliação já realizado e de seus resultados;
- discussão dos resultados da Autoavaliação com a comunidade acadêmica;
- produção de relatórios parciais e final;
- construção de metas e ações a partir dos resultados obtidos;
- inserção dos relatórios parciais e final no sistema e-MEC, até 31 de março de todos os anos.
- Meta-avaliação.

4.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este eixo tem como foco:

Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- articulação entre o PDI e os PPCs no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- Plano de Desenvolvimento institucional – PDI;
Projeto Pedagógico dos Cursos - PPC's
- efetiva utilização do PDI como referência para programas e projetos desenvolvidos na instituição.
- avaliação e atualização do PDI (realização de reuniões, consultas).
- descrição do perfil de egressos (conhecimentos e competências que devem adquirir durante a sua permanência na IES).
- descrição do perfil de ingressantes: com base nas demandas regionais e nacionais.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, direção, coordenação de cursos e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental;
- discussão do PDI e dos PPCs, incluindo uma análise crítica destes documentos, de sua relação com a realidade institucional e com o a dinâmica de construção dos PPCs;
- criação de instrumento avaliador do egresso conforme suas competências e habilidades relativas ao curso;

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- critérios que a instituição utiliza para a abertura de cursos;
- caracterização e pertinência das atividades da IES nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras;
- descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGS, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras;
- evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da instituição;
- dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida;
- lista de estudantes/docentes/técnico-administrativos com deficiência ou necessidades especiais, estratégias pedagógico-didáticas empregadas;
- convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, direção e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- levantamento das medidas e meios de defesa do meio ambiente, da memória cultural e da produção artística;
- levantamento dos programas e ações desenvolvidas pela IES e reflexo destas ações na sociedade por meio de técnicas e instrumentos variados (questionários, dados oficiais, entrevistas);
- levantamento de medidas e procedimento e estratégias para a inclusão social dos alunos;
- análise documental.

4.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Este eixo tem como foco:

Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

A. ENSINO

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais) e as necessidades individuais.
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.
- Sistemática e periodicidade da revisão de currículos. Adequação da periodicidade. Adequação dos mecanismos de atualização.
- Critérios orientadores da atualização curricular.

B. EXTENSÃO

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e com as necessidades e demandas do entorno social.
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.
- Atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros.
- Políticas existentes na instituição para o desenvolvimento das atividades de extensão.

C. PÓS-GRADUAÇÃO (*lato sensu*)

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato*, quando for o caso.
- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação, quando for o caso.
- Integração entre graduação e pós-graduação quando for o caso.
- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.
- Número e relação dos Cursos de pós-graduação (*lato sensu*), quando for o caso.
- Existência de auxílio de verbas, interno e externo à Instituição, na realização dos cursos oferecidos quando for o caso.

Documentação, dados, indicadores e pessoal envolvido na avaliação desta dimensão

- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da IES.
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.
- Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros)
- Indicadores de atuação profissional dos egressos.
- Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, Direção, Coordenadores, professores e outros setores que se fizerem necessários.

Ações:

- análise documental;
- verificação da existência de revistas e outros meios de comunicação institucionalizados e providência para sua implantação ou ampliação, se for o caso;
- reuniões para discussão da produção acadêmica que devem incluir:
 - avaliação quantitativa da produção científica gerada na IES;

- análise qualitativa e quantitativa das atividades de extensão da FAPAC Baependi.
- análise dos currículos em face do perfil do egresso pretendido.
- levantamento das práticas pedagógicas e de sua adequação a cada curso ou área;
- análise dos objetivos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, quando ofertado, quanto à sua pertinência e quanto aos resultados obtidos (egressos);
- criação e aplicação de questionário de avaliação a ser respondido pela comunidade universitária, incluindo egressos da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi;
- análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- ações de apoio às Escolas, e demais organizações da região com o objetivo de legitimar a função social da Faculdade diante das necessidades da comunidade;
- imagem pública da Instituição nos meios de Comunicação Social.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- meios e canais de comunicação utilizados para tornar públicas as atividades da instituição na comunidade externa;
- regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos;
- folhetos e jornais para divulgação interna, existência de sítios-*web* de divulgação;
- guia acadêmico do docente e do aluno que contenha informações sobre projeto pedagógico do curso, disciplinas, horários de funcionamento e outros;
- questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da instituição avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição;
- questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações;
- procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, direção e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental;
- Questionário diagnóstico para identificação das políticas e ferramentas de comunicação existentes e utilizadas e das ações de comunicação desenvolvidas;
- levantamento dos meios e canais utilizados na comunicação interna e externa;
- avaliação das publicações (revistas, boletins, panfletos);

Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- implantação do Núcleo Psicopedagógico para atendimento dos Alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento ao Professor com orientações didático-pedagógicas, acompanhamento de Egressos com orientações para a sua formação continuada;
- políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, monitoria), Investigação Científica, Extensão, Avaliação Institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.

EGRESSOS

- inserção profissional dos egressos;
- orientações sobre Formação Continuada;
- participação dos egressos na vida da Instituição.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.
- dados sobre a ocupação dos egressos;
- evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- número de candidatos;
- número de ingressantes;
- número de estudantes matriculados por curso;

- número de estudantes com financiamentos, bolsas de estudo ou descontos;
- número médio de estudantes por turma;
- número de eventos realizados;
- número de participações em eventos;
- número de trabalhos de estudantes publicados.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, direção, coordenação de cursos e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental;
- levantamento de dados na secretaria;
- levantamento das formas de participação efetiva dos estudantes em estágios, monitorias, Investigação científica, extensão, Avaliação Institucional e atividades de intercâmbio;
- criação ou ampliação de instrumentos para acompanhamento dos egressos;
- cadastramento e atualização de dados dos egressos para efetiva comunicação entre a Faculdade e os mesmos;
- estabelecimento de formas de intercâmbio entre os egressos e o curso e entre o curso e as empresas que receberam os egressos;

4.4 EIXO 4: POLÍTICA DE GESTÃO

Este eixo tem como foco:

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos;
- clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

A. DOCENTES

- número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho;
- experiência profissional no magistério superior;
- experiência profissional fora do magistério superior;
- formação didático-pedagógica;
- número de publicações por docente;
- critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira;
- produção académica dos docentes;
- grau de envolvimento como pós-graduação;
- grau de envolvimento com extensão.

B. TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- número de funcionários técnico-administrativos;
- escolaridade dos funcionários técnico-administrativos;
- experiência profissional;
- critérios de ingresso na instituição;
- políticas de capacitação.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, direção, coordenação de cursos e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental;
- levantamento de indicadores e de dados;
- identificação das políticas existentes e utilizadas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- entrevistas;

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- existência de procedimentos para a tomada de decisões institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- comunicação e circulação da informação.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- atas dos órgãos colegiados;
- regulamentos internos, normas acadêmicas;
- funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- funcionamento do sistema e recursos de informação;
- mecanismos de controle de normas acadêmicas;
- organogramas;
- Regimento.

Setor (es) Responsável (eis): CPA, órgãos da administração, coordenação de ensino e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- análise documental de organograma, de regulamentos internos e de outros instrumentos normativos da IES;
- verificação dos recursos de informação instalados e disponibilizados para a comunidade acadêmica;
- análise da adequação do(s) organograma(s) utilizados em função do fluxo e do andamento das atividades da faculdade.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- políticas direcionadas à aplicação de recursos para Programas de Ensino, Investigação Científica e Extensão.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- planilha financeira que compõe o PDI;
- tabela de cursos oferecidos pela IES;

Indicadores:

- relação orçamento/gastos (semestral e anual);
- relação ingressantes/concluintes;
- relação Docentes em capacitação/Docentes capacitados (em nível de Pós-graduação: Especialização, Mestrado e Doutorado);
- relação dos Técnico-administrativos em capacitação (capacitados em nível de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado).

Setor(es) Responsável(eis): CPA, órgãos da administração e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- avaliação da situação da IES quanto a sua sustentabilidade financeira;
- levantamento dos pontos fortes e fracos que podem garantir ou ameaçar a sustentabilidade financeira;
- atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos da faculdade;
- análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

Este eixo tem como foco:

Dimensão 7: Dimensão Avaliada: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Aspectos a serem avaliados nesta dimensão:

- adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino e extensão;
- políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;
- estado de conservação dos laboratórios e biblioteca e as carências mais relevantes;
- adequação dos equipamentos dos laboratórios em quantidade e qualidade.
- características dos laboratórios e biblioteca quanto à iluminação, acessibilidade, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza;
- adequação dos horários e calendário da biblioteca quanto às necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela IES (diurno e noturno);
- quantidade e qualidade dos equipamentos da biblioteca;
- disponibilidade dos materiais em relação à demanda;
- disponibilidade da bibliografia básica ou complementar em relação à demanda;
- grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta;
- satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia;
- satisfação dos estudantes com os laboratórios e a biblioteca;
- procedimentos para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários;
- suficiência da infraestrutura, as instalações e os recursos educativos;
- adequação das instalações para os estudantes com deficiência ou necessidades especiais;
- descrição dos locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos.

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão:

- plantas e croquis do prédio e outras áreas usadas;

- número de salas de aula;
- número de instalações administrativas;
- condições da sala de docentes;
- condições da sala de reuniões;
- número e condições dos gabinetes de trabalho;
- condições das salas de conferência/auditório;
- número e condições das instalações sanitárias;
- existência de área de convivência;
- acessos para pessoas com deficiência;
- número de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo);
- acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais;
- número de livros, periódicos e títulos em geral;
- condições do laboratório de informática;
- número de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes;
- condições do laboratório específico;
- descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

Setor(es) Responsável(eis): CPA, direção, coordenação de cursos e setores responsáveis pelo tema desta dimensão.

Ações Programadas:

- Análise documental;
- Observações técnicas setoriais para levantamento da infraestrutura física e tecnológica existente e análise para a identificação de sua adequação à estrutura de oferta;
- atualização e aplicação de questionário de avaliação para esta dimensão a ser respondido pela comunidade acadêmica, incluindo egressos da IES;
- Análise dos questionários para identificação das debilidades e das fortalezas.

5 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NAS AVALIAÇÕES

Os resultados da Avaliação Institucional interna e externa deverão ser amplamente divulgados na comunidade acadêmica como continuidade do processo de avaliação interna, deverão também oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, deverão ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, seminários e outros. A divulgação deve propiciar também oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

É necessário que haja clareza na comunicação das informações e caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos, considerando a diversidade de leitores. Além disso, é importante que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

Visando a continuidade do processo avaliativo, ao final deste é importante uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados, o que permitirá planejar ações futuras. Assim o processo de autoavaliação proporcionará o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, e será um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

5.1 Divulgação dos relatórios

Com base nos dados levantados, a divulgação dos resultados ocorrerá por meio de relatórios, que serão apresentados à comunidade interna e à comunidade externa. Dessa forma, a Instituição se revelará à sociedade, com consciência e responsabilidade. Tornará explícita a sua atuação no exercício da função pública que exerce.

5.2 Reorientação das ações institucionais

Para que a avaliação produza resultados úteis, faz-se necessário desencadear ações pró-ativas. Para tanto, deve-se discutir com as diversas unidades institucionais quais as estratégias e procedimentos que podem ser adotados para se alcançar a melhor qualidade e levar em conta a auto-regulamentação preconizada no Plano de Desenvolvimento Institucional da Instituição.

5.3 Meta-avaliação

Logo após a concretização das etapas previstas na avaliação institucional na IES, incluindo a apreciação pelos órgãos competentes, a Comissão Própria de Avaliação desenvolverá um plano de

continuidade do trabalho de avaliação. Dessa forma, o programa de avaliação da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Baependi prevê também a avaliação da própria avaliação, a meta-avaliação, como recurso dinâmico e de realimentação do processo. É uma etapa de auto-crítica onde os aspectos metodológicos e instrumentais do processo avaliativo são submetidos a um criterioso julgamento, para determinar se a sua eficiência, eficácia e efetividade permitem sua reutilização ou se devem ser repensados, no todo ou em parte.

A meta-avaliação será feita através de seminários periódicos e de estudos que apontem para a utilidade, a exatidão, a viabilidade e a propriedade dos métodos e instrumentos utilizados.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARRUDA, J. R. C. **Políticas e indicadores na educação superior**. Rio de Janeiro: Quallitymark/Dunya, 1997.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.394. 20 dez. 1996**. Encarte Extra-Classe 83 do SINPRO-MG, Belo Horizonte, maio 1997. 33p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Superior. **Avaliação Institucional das universidades brasileiras**. Brasília: SESU, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 3.860. 11 jul. 2001**. Regulamenta o Sistema Federal de Ensino. Legislação e Jurisprudência (apostila) das Edições Técnicas de Administração Universitária. In: CURSO DE REGISTRO ACADÊMICO. VII. Belo Horizonte: 2001, 215 p.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N. C. (Org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004.

CARVALHO, Kécia Maria de. **Avaliação Institucional: regulação ou ferramenta de gestão acadêmica?** Dissertação de Mestrado, FEAD, Belo Horizonte, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Diretrizes para a Avaliação do Ensino Superior**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: MEC/Inep, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Proposta de dimensões para avaliação de cursos superiores**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

JULIATTO, C. I. **A busca da excelência acadêmica nas instituições de ensino superior por meio da avaliação.** In: Revista Iglu, n.1. out. 1991.

NAVAJAS, Ana Maria. **Avaliação Institucional: uma visão crítica.** São Paulo: Unimarco Editora: 1998.

PETERSON, Marvim W. e MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) **Avaliação institucional.** Brasília: Universidade de Brasília: 1999.

SILVA JUNIOR, J. R. **Novas faces da educação superior no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira.** Comissão Especial de Avaliação. Brasília: 2003.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

STARK, Joan S; MACHADO DE SOUZA, Eda L. B. (org.) e MACHADO DE SOUZA, Edson. **Avaliação em instituições de ensino superior.** Brasília: Universidade de Brasília: 1998.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. Santoro. **A Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas.** In: REUNIÃO PLENÁRIA DO CRUB, 63. Fortaleza: 1998.

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. **Programa de Avaliação Institucional da Universidade Metodista de Piracicaba.** Piracicaba, São Paulo: UIMEP, 2000.

VIANNA, H. M. **Avaliação educacional e o avaliador.** São Paulo: IBRASA, 2000.

RELATÓRIO PARCIAL DE 2021		
O QUE	QUEM	QUANDO
<p>Versão preliminar do Relatório Parcial de 2021</p> <p>Nessa etapa deverão ser elaborados pelo menos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. APRESENTAÇÃO 2. METODOLOGIA 3. DESENVOLVIMENTO <p>3.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional</p> <p>3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação</p> <p>3.1.1.1 Relato Institucional I – Breve histórico da IES</p> <p>II – Conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso</p> <p>7. CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO (deverá contemplar os anos 2021/2022/2023 e observar as datas estabelecidas neste).</p>	CPA	Até 16 de julho/2021
Realização da Avaliação Docente: 1º semestre/2021	CPA	De abr a jun/2021
<p>Realização da 1ª Avaliação Institucional (Diagnóstica)</p> <p>O Sistema de Avaliação Institucional ficará aberto de agosto a 16 de Outubro /2021 para alunos, professores, funcionários e representantes da sociedade civil realizarem a avaliação.</p>	CPA	01 de Agosto a 08 de Outubro de 2021
Realização da 2ª Avaliação de Egressos	CPA	Até 29 de Outubro de 2021
Realização da Avaliação Docente: 2º semestre/2021	CPA	Outubro e Nov/2021
Realização da Avaliação Docente pelos Coordenadores	CPA	Novembro/2021
Realização da Avaliação de Coordenadores pelos Docentes	CPA	Novembro/2021

Consolidação da 1ª Avaliação Institucional (Diagnóstica)		
O Sistema de Avaliação Institucional ficará aberto no período de 22 de outubro a 30 de novembro/2021 para a CPA extrair e consolidar os dados para inserção no Relatório.	CPA	Outubro e Nov./2021
Envio para a Procuradoria Institucional do Relatório Parcial de 2021 para inserção no e- MEC: 1.APRESENTAÇÃO; 2. METODOLOGIA; 3 DESENVOLVIMENTO; 4 CRONOGRAMA DA AUTOAVALIAÇÃO e ANÁLISE DO RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA	CPA	Até 14 de dez./2021
Revisão do Relatório Parcial de 2021	Procuradoria Institucional	De dez/21. a fev/2022
Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação	CPA	Até fev./2022
Inserção do Relatório Parcial no e-MEC	Procuradoria Institucional	Março/2022

CRONOGRAMA 2022

RELATÓRIO PARCIAL DE 2022		
O QUE	QUEM	QUANDO

Versão preliminar do Relatório Parcial de 2022

Nessa etapa deverão ser realizadas:

- Revisão e complementação das informações contidas no Relatório Parcial de 2021;

Acrescentar os conteúdos dos seguintes Eixos e Dimensões:

3.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional III – Projetos e processos de autoavaliação

IV – Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação V – Plano de melhorias a partir dos

processos avaliativos VI – Processos de gestão

VII – Demonstração de evolução institucional

3.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

3.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

3.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

3.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

3.3.2 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

3.4 Eixo 4: Políticas de Gestão

3.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

CPA

Até 15 de julho/2022

<p>3.4.2 Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição</p> <p>3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira</p> <p>3.5 Eixo 5: Infraestrutura Física</p> <p>3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física</p> <p>4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES;</p>		
<p>5. AÇÕES PREVISTAS COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS E NAS INFORMAÇÕES;</p>		
Realização da Avaliação Docente: 1º semestre/2022	CPA	De abr a jun/2022
Realização da Avaliação Docente: 2º semestre/2022	CPA	Setembro e Nov./2022
Realização da Avaliação Docente pelos Coordenadores	CPA	Novembro/2022
Realização da Avaliação de Coordenadores pelos Docentes	CPA	Novembro/2022
Envio para a Procuradoria Institucional do Relatório Parcial de 2022 para inserção no e-MEC.	CPA	Até 16 de Dez/2022
Inserção do Relatório Parcial no e-MEC	Procuradoria Institucional	Março/2023

CRONOGRAMA 2023

RELATÓRIO INTEGRAL DE 2023		
O QUE	QUEM	QUANDO
<p>Versão preliminar do Relatório Integral de 2023</p> <p>Nessa etapa deverão ser realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Revisão e complementação das informações dos anos 2021 e 2022<ul style="list-style-type: none">- Inclusão dos dados coletados pelo Sistema de Avaliação Institucional em 2022 e análise comparativa com os dados coletados em 2021; <p>Desenvolvimento dos seguintes tópicos do Relatório Integral:</p> <ul style="list-style-type: none">4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES.5. AÇÕES PREVISTAS COM BASE NA ANÁLISE DOS DADOS E NAS INFORMAÇÕES.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	CPA	Até 17 de julho/2023
Realização da Avaliação Docente: 1º semestre/2023	CPA	De abr a jun/2023
<p>Realização da 2ª Avaliação Institucional (Conclusiva do ciclo)</p> <p>O Sistema de Avaliação Institucional ficará aberto de abril a junho para alunos, professores, funcionários e representantes da sociedade civil realizarem a avaliação.</p>	CPA	Até 30 de junho/2023
Realização da 2ª Avaliação de Egressos	CPA	Até 30 de junho/2023
Envio à Procuradoria Institucional da versão preliminar do Relatório Integral contendo todos os itens do Sumário dos anos de 2021, 2022 e 2023.		Até 14 de julho/2023

Realização da Avaliação Docente: 2º semestre

CPA

De set a nov/2023

Realização da Avaliação Docente pelos Coordenadores	CPA	Novembro/ 2023
Realização da Avaliação de Coordenadores pelos Docentes	CPA	Novembro/ 2023
Consolidação da 2ª da Avaliação Institucional (Conclusiva) O Sistema de Avaliação Institucional ficará aberto em outubro e novembro/2017 para a CPA extrair e consolidar os dados para inserção no Relatório.	CPA	Até 30 de novembro/ 2023
Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação	CPA	Até fevereiro/ 2023
Envio para a Procuradoria Institucional do Relatório Integral de 2023 para inserção no e-MEC.	CPA	Até 30 de novembro/2023
Revisão do Relatório Parcial de 2023	Procura	De dez./2023 a

	doria Instituci onal	fev/2024
Inserção do Relatório Integral no e-MEC	Procura doria Instituci onal	Março/2024